

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.174.185 - PI
(2017/0248641-0)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **GERNALDO OSVALDO DE SOUSA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** contra decisão desta Relatoria, em que foi conhecido o agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de fixar a pena-base no mínimo legal de 3 (três) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar.

O agravante alega, em síntese, que: **a)** "a decisão monocrática conheceu e proveu o recurso especial, sem analisar as objeções apontadas pelo Tribunal de origem quanto à admissibilidade recursal" (e-STJ, fl. 206); **b)** "merece reforma a decisão agravada, que não poderia ter admitido o recurso especial, sem afastamento dos óbices das Súmulas 7 do STJ e 284 do STF, conforme apontados pela decisão do Tribunal de origem" (e-STJ, fl. 207); **c)** "a deficiência patente de fundamentação impede o conhecimento do recurso especial. O apontado óbice, relativo à ausência de indicação do dispositivo violado, foi absolutamente desconsiderado pela decisão agravada" (e-STJ, fl. 207); e **c)** "a pretensão formulada no recurso especial, de redução de pena-base, pressupõe a revisão de toda a matéria fática, o que encontra obstáculo na Súmula n. 7 do STJ." (e-STJ, fl. 210).

Requer, portanto, a reconsideração da decisão recorrida ou a submissão do agravo ao crivo deste órgão colegiado, a fim de que não seja conhecido o recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Analisando os argumentos aduzidos nas razões do agravo regimental, verifico que assiste parcial razão ao agravante quanto à incidência da Súmula 284/STF ao presente caso, o que impõe a reconsideração da decisão de fls. 188-191 (e-STJ).

O recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem em razão dos óbices das Súmulas 7/STJ e 284/STF. O agravado impugnou especificadamente os fundamentos de inadmissão do recurso. Dessa forma, o agravo em recurso especial ultrapassou a barreira da admissibilidade do Aresp, motivo pelo qual será conhecido.

No entanto, o recurso especial da parte apresenta fundamentação que não permite individualizar quais teriam sido os dispositivos da legislação federal violados, portanto, incide à espécie a Súmula 284/STF, *in verbis*: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Assim, o recurso especial não será conhecido.

Noutro eito, tem-se que a concessão de *habeas corpus*, de ofício, ocorre por iniciativa do próprio órgão jurisdicional quando constatada a existência de ilegalidade flagrante ao direito de locomoção, o que ocorre na hipótese.

O Juízo de Primeiro Grau fundamentou a majoração da pena-base nos

seguintes termos:

"3.1. DOSIMETRIA DA PENA

Culpabilidade inerente ao crime. O réu deve ser considerado primário, pois inexistente nos autos notícia de fato em contrário. O crime foi praticado em virtude desentendimento familiar, não administrado corretamente pelo réu.

Circunstâncias do crime sem qualquer destaque. A vítima em nada concorreu para o resultado danoso.

Levando-se em conta as circunstâncias judiciais trazidas pelo art. 59 do CP, fixo a pena-base em 01 (um) ano de detenção, a ser cumprida em regime aberto.

Não há circunstância agravante, nem atenuante, nem causas de aumento ou de diminuição, tornando a pena, pois definitiva." (e-STJ, fl. 57).

O Tribunal *a quo*, por sua vez, negou provimento ao apelo defensivo, mantendo, assim, a sentença condenatória:

"Da fixação da pena-base em seu patamar mínimo Postula o recorrente que seja a pena-base aplicada em seu patamar mínimo.

Inferre-se dos autos que o sentenciante na fixação da pena do recorrente observou o disposto nos artigos 68 e 59, do CP, obedecendo ao sistema trifásico de fixação da pena.

Na análise dos vetores elencados no art. 59, do CP, considerou-se desfavoráveis os motivos do crime e a conduta da vítima, razão pela qual fixou a pena base em 01 (um) ano de detenção, cujo delito prevê pena mínima de 03 meses de detenção e máximo de 03 (três) anos.

Na segunda e terceira fases, a pena provisória foi mantida no mesmo patamar, a qual tornou definitiva em face da ausência de atenuantes, agravantes, causas de diminuição ou de aumento de pena.

Neste cenário, imperioso reconhecer que o sentenciante procedeu corretamente a dosimetria da pena, e que o acréscimo efetuado na fixação da pena-base não se mostrou desproporcional.

Neste contexto, imperioso reconhecer que a valoração negativa das circunstâncias judiciais se deram em razão das particularidades do caso, o que constitui fundamentação idônea para exasperar a pena-base. Daí porque considero proporcional, necessário e suficiente para reprovação e prevenção do delito a dosimetria feita pelo sentenciante.

Assim, a reforma da sentença para modificar o quantum da pena aplicada somente é viável nesta instância quando o acréscimo se mostrar desproporcional ou contrariar disposição legal ou preceito constitucional, hipótese inócua nos autos. Neste sentido:

APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. ART. 129, § 9º E ART. 147, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PROVAS DA AUTORIA E MATERIALIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA MANTIDA.

1. O réu foi condenado pela prática dos crimes previstos no art. 129, § 9º, e do art. 147, caput, duas vezes, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 08 meses e 15 dias de detenção, em regime inicial semiaberto. Presentes os requisitos do art. 77 do Código Penal, foi deferido o benefício da suspensão condicional da pena

pelo período de 02 anos.

Em recurso, a defesa alega que o conjunto probatório dos autos é insuficiente para sustentar um decreto condenatório do acusado. Defende, no ponto, que a prova se restringe à palavra das vítimas e de um informante, ou seja, pessoas que não prestam compromisso, podendo apenas ser recebidas como indício, mas não como prova direta de autoria. Refere que o réu negou a autoria delitiva.

Sustenta que acima da palavra da vítima há o princípio da presunção de inocência do acusado. Pede, portanto, a absolvição. Alternativamente, requer afixação das penas-base no mínimo legal. 2. As provas são suficientes a demonstrar que o réu praticou atos de violência doméstica contra sua filha e, em seguida, ameaçou os filhos e a esposa. A palavra da vítima tem especial relevância em crimes cometidos com violência doméstica, não havendo elementos nos autos que a contrarie. Não há por que desacreditá-la, sobremaneira quando amparada por outros elementos de convicção, como no caso. 3. O crime de ameaça é formal, consumando-se, independentemente de resultado, desde que provado o temor da vítima. 4. Compete ao juízo da origem definir a pena adequada ao caso, comportando modificação, em grau de recurso, apenas em situações em que a modificação não for arrazoadada, proporcional ou contrariar disposição legal ou preceito constitucional. No caso concreto, sobretudo em razão das circunstâncias do fato e do art. 59 do CP, a pena está adequada. Pena mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(Apelação Crime N°70060351400, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Julio Cesar Finger, Julgado em 28/01/2015).

Por isso, rejeito esse argumento defensivo e mantenho a pena privativa de liberdade no patamar em que foi fixado pelo sentenciante." (e-STJ, fls. 116-117).

Cabe esclarecer que a revisão da dosimetria da pena é matéria de direito, cuja análise prescinde do reexame do conjunto fático-probatório constante nos autos, motivo pelo qual afasta-se o óbice da Súmula 7/STJ.

Inicialmente, convém destacar que a individualização da pena é uma atividade em que o julgador está vinculado a parâmetros abstratamente cominados pela lei, sendo-lhe permitido, entretanto, atuar discricionariamente na escolha da sanção penal aplicável ao caso concreto, após o exame percuciente dos elementos do delito, e em decisão motivada. Dessarte, **ressalvadas as hipóteses de manifesta ilegalidade ou arbitrariedade**, é inadmissível às Cortes Superiores a revisão dos critérios estabelecidos na dosimetria da pena.

Dentro do sistema trifásico adotado pelo legislador pátrio, na primeira etapa do cálculo, a pena-base será fixada conforme a análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP.

Na hipótese, as instâncias antecedentes sopesaram como desfavoráveis, para majoração da pena-base em 1 ano de reclusão, os motivos do crime e a conduta da vítima.

Como se verifica, não houve fundamentação idônea no incremento da pena-base.

E, segundo a jurisprudência sedimentada desta Corte, considerações genéricas, inerentes ao próprio tipo penal ou mesmo desvinculadas do contexto fático dos autos, por não individualizar a conduta do agente, não servem para o agravamento da

pena.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PECULATO. DOSIMETRIA DA PENA. AUMENTO DA PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. AFIRMAÇÕES GENÉRICAS RELATIVAS AOS MOTIVOS E ÀS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS PARA FIXAÇÃO DE REGIME MAIS GRAVOSO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade regrada do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito.

2. No caso, não foram apresentados elementos concretos para justificar a exasperação da pena-base quanto ao demérito dos motivos e das consequências do crime, sendo que as instâncias ordinárias apenas fundamentaram as suas conclusões em afirmações genéricas e incapazes de ensejar juízo de reprovação mais severo, até porque ínsitas ao tipo penal em questão e, portanto, já levadas em consideração no preceito sancionador da norma penal incriminadora.

3. Forçoso o abrandamento do regime inicial, tendo em vista que as instâncias ordinárias não apresentaram nenhum fundamento para justificar a fixação do regime mais gravoso do que o quantum da pena autoriza.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 982.864/MT, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 04/10/2017).

Desse modo, a pena merece reparo.

Passo, assim, ao redimensionamento da reprimenda.

Na primeira fase, fixo a pena no mínimo legal, qual seja, em 3 meses de reclusão.

Nas segunda e terceira fases, não há circunstância agravante, nem atenuante, nem causas de aumento ou de diminuição, torno-a definitiva em **3 (três) meses de reclusão**.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 188-191 (e-STJ) para não conhecer do recurso especial, em razão do óbice da Súmula 284/STF. Contudo, **concedo habeas corpus**, de ofício, a fim de fixar a pena-base no mínimo legal de 3 (três) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator